



UNESCO Brasilia Office
Representação da UNESCO no Brasil

Rede Cyberela e a Experiência dos Rádios Telecentros

Thais Corral
Coordenadora da REDEH e CEMINA

Brasília
2005

Artigo escrito pelo Setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil ao Observatório da Sociedade da Informação, publicado em 01 de fevereiro de 2005.

© UNESCO, 2005

BR/2005/PI/H/33

O autor é responsável pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos nesta publicação e pelas opiniões aqui expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização. As designações empregadas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião que seja, por parte da UNESCO, no que diz respeito ao status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou no que diz respeito à delimitação de suas fronteiras ou de seus limites.

A Rede Cyberela e a Experiência dos Rádios Telecentros

Thais Corral

Coordenadora Geral da Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH)
e da organização não-governamental CEMINA

Campestre é o nome de um município no interior do estado de Alagoas como muitos no Brasil. Isolado, pequeno, invisível para as políticas do governo. A julgar por essas características, tudo contribuiria para um destino opaco e tedioso para os 15 mil habitantes que lá vivem. No entanto em Campestre tem sido diferente. Há alguns anos atrás, o professor de ensino médio Antonio Buarque de Lima Junior e sua mulher, a vereadora Maria Betania Buarque, resolveram fundar uma rádio comunitária, a Rádio Campestre. Essa rádio tornou-se o centro vital da cidade,



congregando trabalho voluntário e mobilizando parcerias locais. A experiência de Campestre ilustra que o florescimento da solidariedade através da ação cidadã comunitária depende mesmo é de uma liderança comprometida e, sobretudo, da perseverança para vencer os obstáculos que não são poucos.

Em novembro de 2004, visitei Campestre para a inauguração de uma dos 12 rádio telecentros que a organização não-governamental CEMINA (www.cemina.org.br) em parceria com o programa GESAC (Governo Eletrônico de Atendimento ao Cidadão) e Fundação do Banco do Brasil vêm implantando especialmente no nordeste do Brasil. A emoção foi muito grande, sobretudo depois de percorrer os 80 km que unem Maceió a Campestre. Levamos quase duas horas numa estrada esburacada, com trechos praticamente intransitáveis. No trajeto, refletia sobre as diferenças que separam o Brasil. Pensava nas vozes silenciosas, nos seres invisíveis que dispõem de tão poucos canais de comunicação e cidadania. O acesso à Internet via satélite - ao qual a população de Campestre passou a ter acesso - representa uma solução para esse impasse e é nisso que estamos apostando.

Em Campestre a cidade estava em festa, o centro das atenções voltado para a pequena sala de 50 metros quadrados pintada de azul e branco, cores padrão da Fundação do Banco do Brasil, construída com o apoio do Grupo Jota Pessoal, uma das poucas empresas locais. Tudo muito limpo, laços de fita. Na rua barraquinhas com exposição do artesanato local. A cobertura

radiofônica foi feita ao vivo diretamente do telecentro. Desatada a fita, os (as) primeiras (os) a sentarem-se diante das telas foram as (os) jovens, um dos segmentos atendidos por este novo espaço de inclusão social.

O Passo a Passo da Estratégia dos Rádio Telecentros

A festa de inauguração do telecentro de Campestre representa um marco importante da estratégia articulada e cultivada pelo CEMINA nos últimos 4 anos. Passo a passo. Há 15 anos atrás iniciamos nossa trajetória com a missão de fortalecer a participação das mulheres na comunicação radiofônica. Consolidamos o modelo do programa Fala Mulher (www.radiofalamulher.com). Capacitamos dezenas de comunicadoras populares. Fundamos a “Rede de Mulheres no Rádio” que congrega mais de 400 participantes, uma rede vibrante e presente em todo o Brasil. O trabalho com essa rede nos levou ao projeto de inclusão digital, referência hoje reconhecida com vários prêmios, destacando-se o Prêmio Unesco de Comunicação em 2003 e o Prêmio de Inclusão Digital do Instituto Telemar em 2004. Identificamos, capacitamos e mobilizamos recursos para 30 cyberelas, nome atribuído às comunicadoras populares que abraçaram conosco este desafio.

Há muito o que compartilhar a partir do que aprendemos neste processo caracterizado por muita invenção, experimento e cooperação. Somos poucas mas temos garra e qualidade para fazer dar certo. Eis aqui algumas das lições que aprendemos:

- 1) As Tecnologias da Informação e da Comunicação são um catalisador para o desenvolvimento local? O que é necessário para que isso aconteça? São muitos os exemplos na literatura sobre desenvolvimento que mostram que a tecnologia, sobretudo a de manejo simples e de baixo custo de manutenção, pode ser um catalisador fazendo convergir recursos para o desenvolvimento local. Passa a ser o elemento que facilita, estimula a cooperação de agentes locais. Em nossa experiência, seja com o rádio, seja com os telecentros, isso tem acontecido. Há, entretanto, um processo a seguir que não pode ser atropelado. A inserção da tecnologia na comunidade tem de ser de forma articulada de maneira que possa ser associada a algum projeto local com lideranças e mecanismos de cooperação definidos. Em outras palavras a articulação do fator humano é a janela / a porta de entrada bem sucedida do projeto tecnológico. Em nosso caso específico, a entrada se deu através das rádios comunitárias que funcionam como um elo de comunicação local. Têm credibilidade e possibilidade de articulação de

cooperação e parcerias. É necessário poder respeitar os tempos locais, sintonizar com a cultura do local. Há que saber negociar, pois muitas vezes cronogramas de projetos e disponibilidade de recursos técnicos não coincidem. A clareza na comunicação com a comunidade local e com os parceiros que viabilizam recursos técnicos é fundamental. Outra questão importante é lembrar que nem todos os “solos” têm a mesma fertilidade. As comunidades diferem umas das outras. Em se tratando de recursos escassos, a escolha tem que ser cuidadosa pois o erro pode acarretar um grande desperdício.

- 2) Mérito e capacidade empreendedora são critérios básicos para alavancar projetos de inclusão digital? Como avaliar? Como assegurar que essas características estejam presentes? Uma primeira triagem pode ser feita através de concursos. Foi assim que trabalhamos em nosso projeto. O primeiro passo foi identificar as Cyberelas, que além de comunicadoras ligadas à rádio, deviam demonstrar disposição de aprendizagem e investimento nas novas ferramentas de informática. Tinham que ter disposição de tempo para viajar ao Rio de Janeiro, onde está localizada nossa sede, fazer curso de capacitação, comprometer-se a implementar o conteúdo apreendido aplicando-o à produção radiofônica, baixando arquivos sonoros e enviando produções a serem disponibilizadas em nossa rádio “Fala Mulher” na Internet (www.radiofalamulher.com). Para essa fase do projeto selecionamos 30 comunicadoras e durante dois anos fomos acompanhando seu desempenho. Isso nos permitiu verificar as mais empreendedoras e só então partir para a segunda fase do projeto que era a instalação dos telecentros. Só a metade se qualificou para a segunda fase e, mesmo entre estas, algumas vem se destacando pela capacidade de iniciativa e da articulação de parcerias por própria conta.
- 3) Nos projetos de inclusão digital a questão da sustentabilidade emerge como um dos pontos fundamentais, pois depende de muitos fatores que vão além da disponibilidade de equipamentos ou recursos financeiros. Ciente desse desafio, o CEMINA pretende consolidar uma estratégia de sustentabilidade que abranja três áreas:
 - A *sustentabilidade social e cultural* está diretamente relacionada com o processo de gestão do rádio telecentro, sua inserção na comunidade e interface com outros projetos e atividades locais. Nossos rádio telecentros já iniciaram esse planejamento. A experiência tem mostrado que ele deve ser cuidadoso e capaz de antecipar muitos dos problemas que poderão surgir lá na frente, principalmente em função da distribuição do uso dos equipamentos entre os diversos usos que a tecnologia permite. É necessário evitar que o

espaço se transforme em foco da emergência de conflitos na comunidade. Muitos dos rádio telecentros têm seguido o modelo de montagem de um comitê gestor, uma maneira já testada de resolver o aspecto democrático.

- A *sustentabilidade tecnológica* é um dos grandes desafios desse projeto, em função especialmente das características das regiões / municípios / comunidades onde os telecentros estão sendo implantados. Na maior parte dos casos, os recursos técnicos ou são precários ou inexistentes. Para além do que possamos resolver enquanto organização facilitadora do processo, via atendimento de e-mail ou telefone, as cyberelas têm identificado recursos técnicos no local ou nas proximidades. Em Pernambuco, por exemplo, a Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Informática, está oferecendo assistência técnica aos rádio telecentros; o Banco do Brasil - que fez a doação dos computadores - também se dispôs a disponibilizar técnicos de suas agências com grande capilaridade por todo o território nacional. Em nossos cursos de capacitação, vislumbramos deixar algumas pessoas capacitadas tecnicamente para a manutenção básica provendo serviços tais como controle de vírus, re-formatação de sistemas, instalação de programas, pequenas coisas que fazem parte do cotidiano de um telecentro conectado à Internet.
- A *Sustentabilidade Econômica* do telecentro, por sua vez, não está dissociada da sustentabilidade social, cultural, política e nem mesmo tecnológica, que são requisitos essenciais para que eles possam ser implantados e manter suas funções sociais, promovendo o desenvolvimento local. Nesse sentido, embora a viabilização econômica do telecentro seja necessária, especialmente na geração de recursos para pagamento das despesas - luz, água, limpeza, monitores que cuidam do telecentros, manutenção dos equipamentos, eventualmente aluguel da sala - estamos nos referimos aqui a uma visão de sustentabilidade econômica que vai além da viabilização do telecentro propriamente dito. Trata-se de uma concepção de telecentro visto como instrumento de desenvolvimento local, tendo a criação de “negócios” como um de seus focos.

Acreditamos ser este o nosso maior desafio, já que nem o CEMINA, nem as nossas parceiras cyberelas têm experiência de trabalhar com desenvolvimento de “negócios”. Será um importante aprendizado que faremos em conjunto. Pretendemos chegar a alguns resultados nos próximos dois anos. Teremos então testado um modelo de inclusão digital que associa e integra a liderança de comunicadoras populares comprometidas socialmente com o rádio e o cyberespaço.